

23<sup>th</sup>

# POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

2006/2010

*"Eu defendo o rio,  
a floresta e a terra  
para a sobrevivência  
do meu povo, das  
novas gerações, meus  
netos. Por isso eu não  
aceito a construção da  
barragem de Belo Monte  
no rio Xingu."*

Raoni Metuktire



## POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

1987 / 88 / 89 / 90



## POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

1991 / 1995



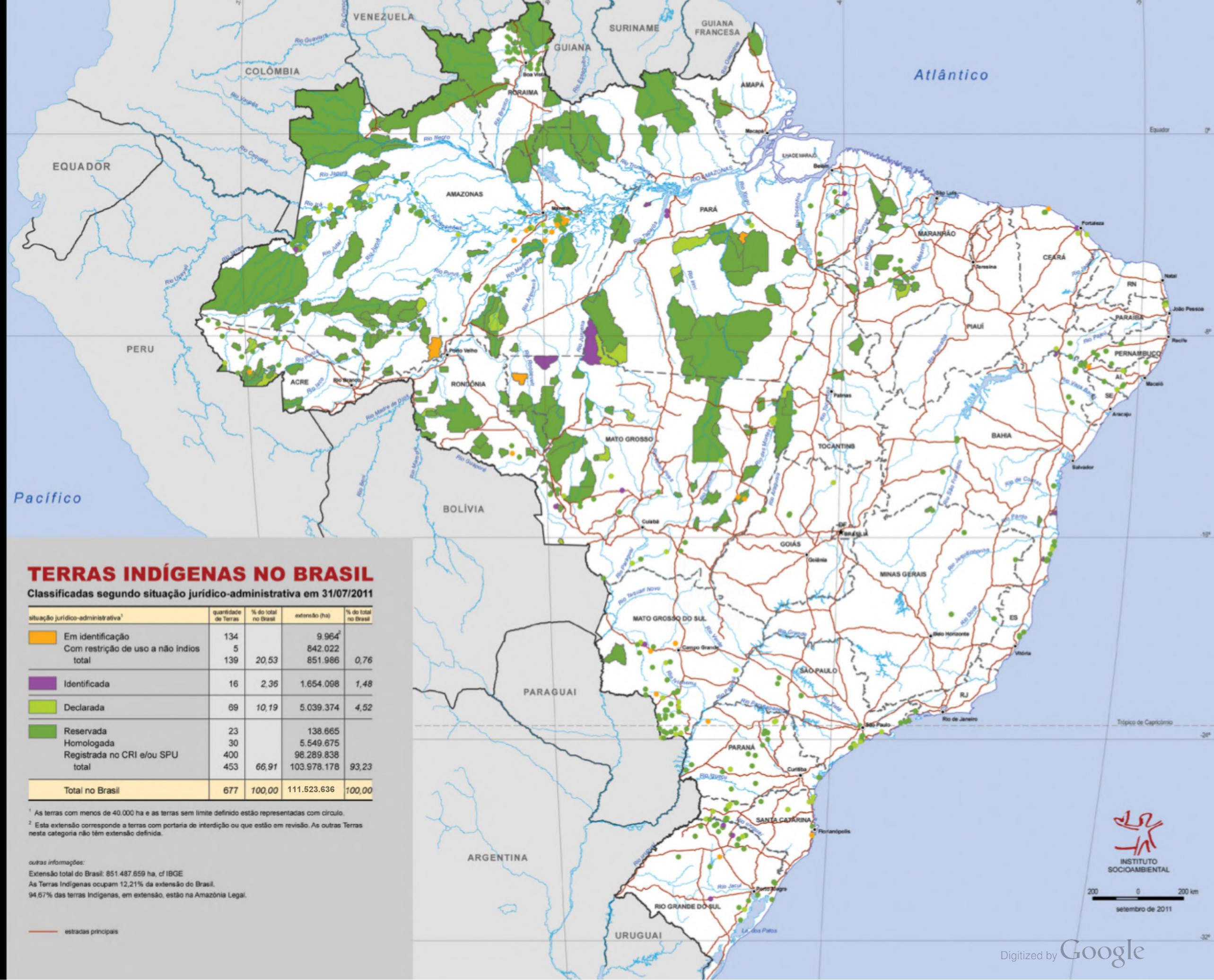
## POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

1996 / 2000



## POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

2001 / 2005



## TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL

Classificadas segundo situação jurídico-administrativa em 31/07/2011

situação jurídico-administrativa <sup>1</sup>	quantidade de Terras	% do total no Brasil	extensão (ha)	% do total no Brasil
Em identificação Com restrição de uso a não índios	134		9.964 <sup>2</sup>	
	5		842.022	
total	139	20,53	851.986	0,76
Identificada	16	2,36	1.654.098	1,48
Declarada	69	10,19	5.039.374	4,52
Reservada	23		138.665	
	30		5.549.675	
	400		98.289.838	
	total	453	66,91	103.978.178
<b>Total no Brasil</b>	<b>677</b>	<b>100,00</b>	<b>111.523.636</b>	<b>100,00</b>

<sup>1</sup> As terras com menos de 40.000 ha e as terras sem limite definido estão representadas com círculo.

<sup>2</sup> Esta extensão corresponde a terras com portaria de interdição ou que estão em revisão. As outras Terras nesta categoria não têm extensão definida.

outras informações:

Extensão total do Brasil: 851.487.659 ha, cf IBGE

As Terras Indígenas ocupam 12,21% da extensão do Brasil.

94,67% das terras indígenas, em extensão, estão na Amazônia Legal.

— estradas principais



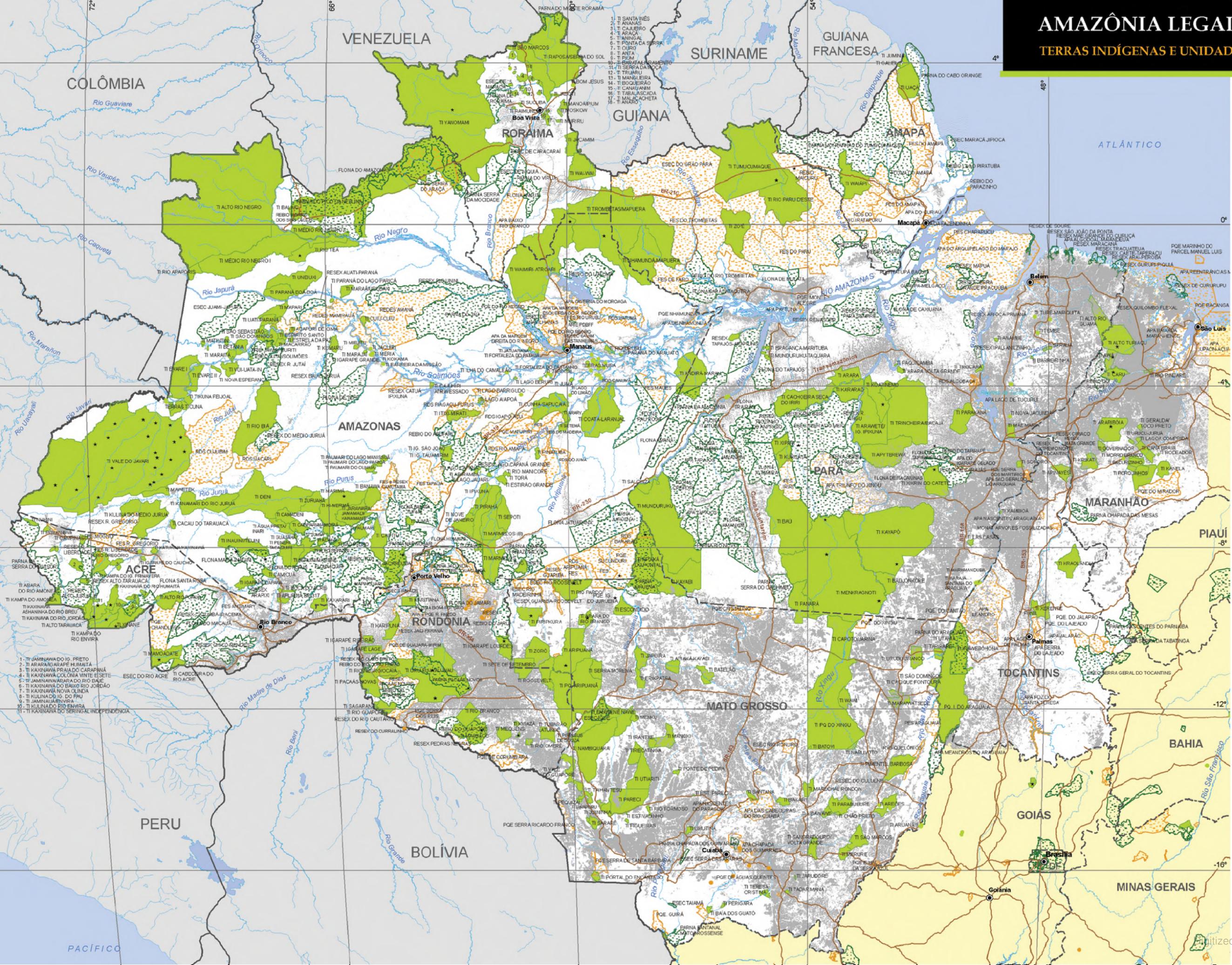
INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

200 0 200 km

setembro de 2011

# AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA

## TERRAS INDÍGENAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



### ÁREAS PROTEGIDAS

fonte: Instituto Socioambiental, setembro de 2011

- Terra Indígena
- Unidade de Conservação Federal
- Unidade de Conservação Estadual

observação: as Terras com menos de 2.000 ha, bem como as Terras sem perímetro de fôto estão representadas por um círculo.

\* referência a índios isolados

### ÁREAS ANTROPIZADAS

fontes:  
 ÁREAS ANTROPIZADAS: MMA, Cobertura Vegetal dos Biomas Brasileiros, 2006  
 DESMATEMTO EM ÁREAS FLORESTADAS: INPE, Prodes, www.cbt.inpe.br, acesso em 2010

Antropismo e desmatamento

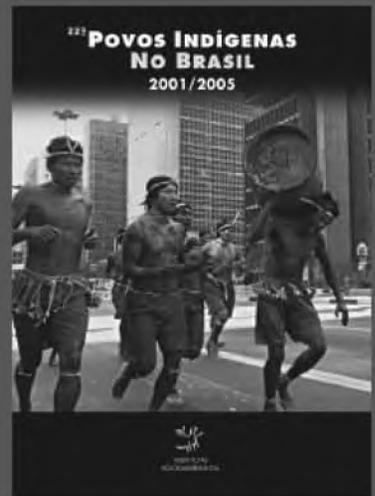
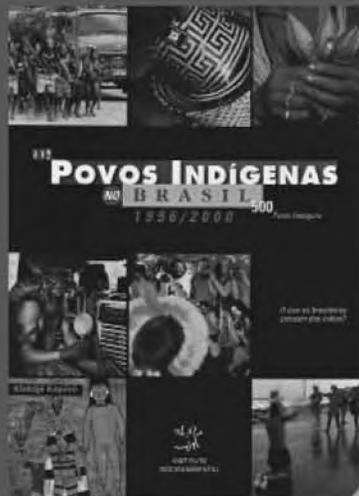
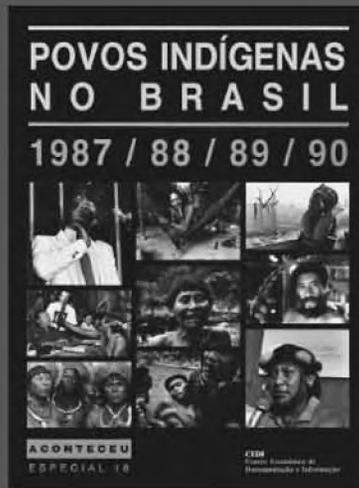
estradas principais

capitais



# POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

## 2006/2010



Raoni autoriza o uso da sua imagem na capa desta publicação



## **A REAFIRMAÇÃO DO MOVIMENTO INDÍGENA NO MÉDIO PURUS PERANTE AS NOVAS ENCRUZILHADAS NO SUL DO AMAZONAS**

Os povos indígenas do Médio Purus, após terem os direitos fundiários reconhecidos, assumem formatos de organização indígena institucionalizada, e focam suas prioridades na interação com as políticas públicas de educação e saúde. Nesse contexto, criou-se em 1995 a Organização dos Povos Indígenas do Médio Purus (Opimp).

Historicamente, o processo de ocupação seringalista colocou as populações indígenas e os contingentes de migrantes nordestinos em patamares análogos de subalternidade e vulnerabilidade. O poder econômico tradicional (seringalistas, políticos do modelo 'coronel-de-barranco', grileiros e setor madeireiro ilegal) sofreu um impacto inegável, que fragilizou seu status na nova situação de comparecimento das instituições do Estado e de avanços na efetivação da cidadania para as populações regionais. Porém, a nova ordem social e política não produziu automaticamente harmonia entre os setores indígenas e tradicionais. Esse desafio precisa ser ainda construído tanto na esfera da convivência entre aldeias indígenas e comunidades extrativistas, quanto na esfera das organizações políticas que as representam, e inclusive na das instituições governamentais que as apoiam. Na cena contemporânea da reconfiguração territorial da região, há uma tendência ao aumento da disputa pelos recursos naturais entre índios e extrativistas, bem como à proliferação de conflitos fundiários entre as TIs e as UCs. Sem uma intervenção

socioambiental que promova uma agenda positiva, a entropia do processo pode conduzir à tensão social.

Existem, porém, avanços na construção da governança regional. A presença das instituições do Estado democrático cresceu paralelamente a um processo ágil de organização da sociedade civil. O movimento indígena tem exercido um pioneirismo destacável no que se refere à construção de processos organizativos, e experimentou um fortalecimento crucial na fase das demarcações e homologações dos territórios indígenas. Mas a experiência de gestão das políticas públicas, vivida ao longo dos anos 2000 (de modo particular no convênio estabelecido entre Opimp e Funasa na gestão do Dsei Médio Purus), foi desestruturante: conduziu ao colapso da organização indígena e revelou a incapacidade das instituições governamentais em efetivar o atendimento sanitário das comunidades indígenas. Ao mesmo tempo, ficou manifesta a ambiguidade de um modelo em que a organização indígena precisava ser instância de controle social e, simultaneamente, gestora da política pública. Após essa experiência negativa, o movimento indígena se projetou em processos diversificados, mais vinculados a processos localizados (novas organizações indígenas em Tapauá e em Pauini; bem como associações locais em terras paumari ou apurinã) ou a grupos e setores específicos (as mulheres indígenas fundam a Amimp, os professores



© GUSTAVO SILVEIRA/OPAN, 2010

Lideranças indígenas do Médio Purus reunidos na Assembleia do Movimento Indígena do Médio Purus, na TI Caititu (AM), em 2010.

*indígenas, agentes indígenas de saúde e estudantes indígenas de Lábrea constituem suas respectivas organizações).*

*Em 2010, o movimento indígena empreende um novo processo organizativo, ainda em vias de consolidação, e funda a Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus (Focimp). Frente ao estrangulamento vivido pela organização indígena no âmbito da gestão do DSEI Médio Purus, os processos heterogêneos surgidos nos diversos focos, tanto desde as aldeias quanto desde as cidades da bacia do Purus, se destacam com notória vitalidade. A diversidade de expectativas indígenas aponta um processo com mais protagonismo de etnias que ganham visibilidade no âmbito do movimento, e que convergem com os coletivos crescentes de indígenas estabelecidos nas cidades. Durante meses, uma comissão indígena tinha trabalhado com o escopo de fortalecer o processo de reorganização do movimento, enquanto simultaneamente surgiam processos localizados de organização (em Canutama e em Tapauá) ou entre alguns grupos específicos (estudantes indígenas, agentes indígenas de saúde, membros da antiga organização etc.). Nos dias 21 a 23/05/2010, duzentas lideranças apurinã, paumari, jarawara, jamamadí, banawa, deni, mamori, kamadeni e katukina reuniram-se na Assembléia do Movimento Indígena realizada na aldeia apurinã de Nova Esperança (TI Caititu). O objetivo principal do encontro foi a reconstrução da organização indígena regional, fragilizada após a extinção da Opimp. A expectativa de algumas regiões e etnias, especialmente os Apurinã de Tapauá, os Banawa da cidade de Canutama e os Apurinã e Kamadeni de Pauini, manifestava certo descrédito em relação à formação de uma organização de tipo centralizado, focada em uma coordenação institucional estabelecida desde a cidade de Lábrea. Para harmonizar as tensões 'periféricas' com a necessidade de uma articulação indígena regional, e para possibilitar a heterogeneidade de processos organizativos existente nos últimos anos, foi consolidando-se um modelo descentralizado, que acabou obtendo a adesão da plenária indígena.*

*Outro aspecto significativo na dinâmica atual do movimento indígena do Médio Purus é a insurgência de povos considerados praticamente extintos, como os Mamori e os Katukina do rio Cuniuá, e o protagonismo crescente do movimento indígena nas cidades. Os povos indígenas do Médio Purus protagonizam hoje uma dinâmica de novas territorialidades, que vão além dos polígonos demarcatórios estabelecidos. Os circuitos de intercâmbio Arawa e Apurinã reocupam as várzeas do Purus e as cidades, fundam novas aldeias fora das terras reconhecidas, redefinem suas fronteiras e propõem novas condições de acesso aos recursos naturais e às políticas do Estado. A Focimp, nessa conjuntura, está se desenbandando como uma plataforma 'multicentrada' de articulação do movimento indígena na região. (Miguel Aparicio Suárez/Opan, março, 2011)*

manifestam uma grande preocupação com a possibilidade de passar a depender completamente da cidade, inclusive para ter acesso à própria língua, ou a conhecimentos tradicionais que só poderiam manter-se vivos sendo financiados e designados por outros como sendo sua "cultura".

Mas a novidade da situação está, sem dúvida, no claro protagonismo que marca a dinâmica das relações entre os Paumari e os não índios. A tomada de posição e a definição de seu próprio destino é descrita pelos Paumari como uma reviravolta voluntária e consciente, vista por eles como um movimento de conquista de autonomia, e não como mais uma fatalidade histórica a qual estariam submetidos. (março, 2011)